

Como entrou a siderurgia em Portugal**

INTRODUÇÃO — OS ARGUMENTOS

Quiseram os acasos da política que fosse o Eng. Ferreira Dias a estar presente, enquanto ministro da Economia, na inauguração oficial das instalações do Seixal da Siderurgia Nacional, em Agosto de 1961. Ele que, ainda estudante, vira um pequeno convertidor de aço a trabalhar em Santo Amaro, desde então lhe ficando «sempre a siderurgia num recanto do coração»¹.

No discurso que então proferiu, o ministro refere, com simpatia, uma frase que recentemente ouvira: «País sem siderurgia não é um país, é uma horta»². E, mais adiante, recorda ter falhado por «apenas sete anos» o alvo que em 1945 propusera, quando escreveu que «bem digno seria de um povo viril o comemorarmos o tricentenário desta publicação [do alvará régio de D. João IV de Outubro de 1654] com o renascer da siderurgia em Portugal»³.

Este argumento, que podemos designar como o do *orgulho nacional*, esteve quase sempre presente nos numerosos escritos dos que, ao longo da primeira metade do século xx (e já anteriormente), se bateram pela instala-

* Investigador Associado Sénior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este artigo insere-se numa investigação em curso sobre «A introdução em Portugal das tecnologias de base da segunda revolução industrial», no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, projecto financiado pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

¹ J. N. Ferreira Dias, *Linha de Rumo — Notas de Economia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945, p. 15.

² Discurso no Seixal em 24-8-1961, in *Indústria Portuguesa*, Lisboa, n.º 403, Setembro de 1961.

³ *Linha de Rumo*, p. 311.

ção da siderurgia entre nós. Nuns casos, punha-se o acento no passado glorioso do país e apelava-se a que fôssemos capazes de provar a nós próprios quanto nos mantínhamos dignos dele. Noutros, a maioria, invocava-se a imagem que de nós projectamos perante os outros países: «Demorar por mais tempo a realização de tão grandioso projecto [os altos-fornos do inglês Scott — v. adiante, p. 1163] seria mostrarmos ao mundo inteiro que Portugal, identificado com a miséria económica em que vive, não quer sair dela⁴.» Indirectamente, é esta mesma razão que se invoca quando se diz que, «como é do conhecimento geral, Portugal é presentemente o único país da Europa ocidental que não dispõe ainda de uma indústria siderúrgica em laboração⁵, logo, o mais atrasado — uma vergonha.

Mas não se esgota nesse ponto a argumentação dos autores que sobre o problema se pronunciaram. Um segundo tema recorrente é o que tem que ver com a *autarcia*, que o Eng. Lopes Galvão exprime desta maneira: «Quais as condições essenciais para que um país possa ter a indústria do ferro? Ter minas de ferro e minas de carvão. E, como em Portugal há uma coisa e outra, existem, *ipso facto*, as condições precisas para ter a indústria do ferro⁶.»

É claro que nesta altura ainda não eram suficientemente conhecidos os nossos recursos minerais e carboníferos, mas o próprio Ezequiel de Campos, em 1956, já com a questão próxima da solução, ainda afirma que «temos na nossa casa tudo o que é necessário para recomeçarmos o labor das ferrarias cuja arte parámos há mais de um século» (como se o que agora estivesse em causa fosse uma mera ferraria, similar à da foz do Alge, como se a indústria moderna fosse tão-só uma arte!) e clama por que se «pare de vez com a exportação de minério de ferro (e de outros metais), assim como das pirites; que fiquem para as gerações futuras⁷».

Na verdade, estes autores citados não são excepções no panorama dos numerosos contributos de reflexão quanto à questão siderúrgica. O que não surpreende: é sabido até que ponto o clima geral da política portuguesa é predominantemente autárquico até finais da década de 50, tendência que se viu naturalmente reforçada pelo período de guerra e apenas beliscada pelo episódio do Plano Marshall e da consequente participação na OECE, que, aliás, viria a ter inesperadas consequências alguns anos mais tarde. Veremos mais adiante como a questão autarcia/não-autarcia veio a ter implicações consideráveis na discussão das tecnologias e da localização do projecto de instalação da siderurgia

⁴ Pedro A. Vieira, *A Implantação da Indústria do Ferro em Portugal*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1914, p. 52.

⁵ A. Nobre da Costa, «Indústria siderúrgica», II Congresso da Indústria Portuguesa, Relatório 6.0, Lisboa, 1957, p. 3.

⁶ J. A. Lopes Galvão, «Deve instalar-se a indústria do ferro em Portugal?», in *Indústria Portuguesa*, Lisboa, n.º 53, Julho de 1932.

⁷ Ezequiel de Campos, *O Problema Actual da Siderurgia Portuguesa*, Porto, Artes Gráficas, 1956, pp. 17-18.

em fase mais avançada. Basta recordar aqui que um dos protagonistas do debate siderúrgico, o próprio Eng. Ferreira Dias, o homem do «fomento industrial», veio a defender até ao limite (já com a unidade do Seixal em construção) uma «unidade autárquica» no Norte do país. O que sugere que a industrialização preconizada pelos famosos engenheiros que enfrentaram os interesses agrários e os dos grandes importadores não era uma industrialização aberta, mas outra, em que, de algum modo, nos fecharíamos a produzir, com os próprios meios, todos os bens industriais, de consumo e de equipamento, de que carecíamos.

Mas, para além da invocação da necessidade de utilização dos recursos nacionais, o argumento autárquico tinha, naturalmente, uma outra componente, aquela que viria a dar nome ao nosso modelo de desenvolvimento, na primeira fase da industrialização: a substituição de importações. A economia de divisas era calculada por muitos autores como um dos mais palpáveis benefícios da siderurgia para a economia portuguesa. Tanto mais quanto muitos deles, na ânsia de substituírem o máximo de importações, alargavam sem pejo o programa de produção da nova unidade, englobando nele uma imensa variedade de produtos, alguns importados anualmente em escassas toneladas, que nenhuma siderurgia poderia economicamente fabricar. Erro que persistiu mesmo até ao alvará concedido em 1955 à Siderurgia Nacional, quando se lhe impõe que venha a produzir chapa, «nomeadamente para construção naval», o que só é viável em unidades de grande dimensão, e esse nunca seria o nosso caso, por falta de mercado.

Terceira razão para a instalação da siderurgia em Portugal: a siderurgia é, «em toda a parte, *o mais forte chamariz de indústrias derivadas*»⁸ (itálico meu), ou seja, é condição do desenvolvimento industrial. O que não está incorrecto, em termos internacionais: o consumo de aço *per capita* (e mesmo, em menor grau, a produção de aço *per capita*) foi sempre considerado um indicador do desenvolvimento industrial de um país. Mas poucos foram os que tiveram em conta o contexto nacional, em particular a dimensão do mercado (quantitativa e qualitativa), o nível industrial de que se partia, a escassez de instrução e de qualificações e tantos outros factores que não se resolviam por decreto. Ferreira Dias, esse, contradizendo de algum modo as frases acima transcritas, mostra, apesar de tudo, saber do que fala: «Não sei se chegaremos a fazer ferro, se o fizermos não sei se será bom, se for bom não sei se será barato⁹; não parece, portanto, que tenhamos uma base sólida para esboçar uma indústria metalomecânica, antes de termos realizado a metalurgia do ferro para usos correntes (lingotes, laminados, tubos, fio e folha-de-flandres) e verificado pela experiência as suas aptidões¹⁰.»

⁸ J. N. Ferreira Dias, *op. cit.*, p. 317.

⁹ Mal sonhava os problemas que a concretização desta hipótese lhe viria a trazer a partir de 1958.

¹⁰ J. N. Ferreira Dias, *op. cit.*, p. 295.

Quanto aos restantes, e para só reter alguns de maior notoriedade, basta citar Araújo Correia: «A influência [da siderurgia] dentro do país seria de molde a assegurar uma progressiva industrialização, baseada em sólidos alicerces»¹¹; e o Eng. Nobre da Costa, que em 1957, no II Congresso da Indústria, diz esperar que a siderurgia seja «indústria-chave do processo produtivo que incrementa o nível de vida da população portuguesa na medida há tanto ambicionada, e que nos possa garantir a possibilidade de oferecer às gerações vindouras um património industrial capaz de contribuir para que um dia se deixe de considerar Portugal um país fatalmente agrícola, primeiro exportador mundial de cortiça em bruto»¹². O próprio governo fala, já em fase adiantada do processo de instalação da indústria, da «possibilidade de criação de novas actividades conexas com a siderurgia e de relevante interesse para o progresso económico e técnico»¹³.

Última razão invocada, que foi, com o tempo, perdendo adeptos: a importância de uma siderurgia para a *defesa nacional*, nomeadamente para a produção de armamentos e equipamentos militares, em particular numa situação de guerra — argumento que é recorrente, até aos anos 50, em quase todos os autores. Em 1917, o deputado Lúcio de Azevedo sonha com a utilização dos nossos «minérios de volfrâmio e de crómio para o fabrico de aço rápido, aço ferramenta, e dos aços com aplicação no material de guerra, especialmente de canhões e chapas de blindagem»¹⁴. Muito mais tarde, já durante a segunda guerra, o Eng. Ramos da Costa fala da siderurgia como indicador de desenvolvimento e poderio militar, calculando mesmo o consumo de aço em vinte e quatro horas em acções de guerra e a tonelagem gasta em várias operações durante a Grande Guerra¹⁵. E Araújo Correia, já em 1950, considera que a siderurgia deverá «ter capacidade para, em caso de guerra, poder produzir algumas centenas de milhares de toneladas de ferro e aço»¹⁶.

DO BASSET AO DESPACHO DE 1950

Em fins dos anos 30 produziam-se em Portugal peças de aço vazado em pequenas séries a partir de sucata. A produção conjunta seria, quando muito,

¹¹ J. Araújo Correia, *Estudos de Economia Aplicada — O Problema Económico Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1950, p. 160.

¹² A. Nobre da Costa, *op. cit.*, p. 14

¹³ Despacho ministerial comunicado à Siderurgia Nacional em ofício de 30-4-1957, arquivo SN.

¹⁴ J. Lúcio de Azevedo, *O Estabelecimento da Indústria do Ferro e do Aço em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, p. 31.

¹⁵ E. A. Ramos da Costa, *O Ferro e o Aço em Portugal — Utilização na Defesa Nacional*, Lisboa, ed. do autor, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1943.

¹⁶ J. Araújo Correia, *op. cit.*, p. xl.

da ordem de algumas centenas de toneladas. Utilizavam-se diversas tecnologias: cadinhos na Vulcano & Collares, fornos eléctricos no Tramagal (empresa pioneira, com um primeiro forno em 1923), na CUF e na Sociedade de Aços e Metais e num pequeno forno *Martin* na Soares Mendes (depois Fundação do Rossio ao Sul do Tejo)¹⁷. Já alguns, como vimos, se batiam pela siderurgia, mas não havia nenhum projecto siderúrgico consistente. O único que se desenhara, e que não cabe aqui desenvolver, foi o do inglês Scott para Alcochete, o qual, pela sua dimensão desproporcionada (só seria porventura viável com uma elevada exportação) e também pela instabilidade política de então, nunca chegou a atrair potenciais financiadores (ingleses)¹⁸.

Mas aproximavam-se algumas iniciativas que, de algum modo, fazem parte da história da introdução da siderurgia em Portugal.

O BASSET

Este processo, inventado pelo francês Lucien Basset nos anos 20, consistia em introduzir num forno rotativo, idêntico aos fornos de cimento, minério de ferro, calcário e carvão — os componentes de um leito de fusão de alto-forno —, conseguindo-se obter em simultâneo uma gusa (ferro fundido) líquida, retirada por um orifício de sangria, e, na extremidade do forno, um clínquer destinado à preparação do cimento. Trata-se, pois, de um processo de redução de minério, a primeira fase de qualquer siderurgia integrada.

Este processo interessou à Companhia Cimento Tejo, de Alhandra. Alguns conhecedores dessa experiência industrial têm-na implicitamente incluído entre as soluções expeditas que só puderam medrar nos tempos difíceis da segunda guerra mundial. Ora a verdade é que a licença para aquisição de um forno *Krupp* destinado em exclusivo ao processo *Basset* é de 31 de Julho de 1937¹⁹ e todo o processo de montagem decorre nos anos de 1938 e 1939, verificando-se o arranque, esse sim, em Março de 1940, poucos meses depois do início das hostilidades.

Mas, de facto, ainda que não pensada como tal, essa experiência não passou mesmo de uma indústria de guerra. A unidade, que arrancou com cinzas de pirite dessulfuradas e hulha inglesa, que existia em *stock*, passou no período de guerra a ter de trabalhar com carvão do Pejão de alto teor de cinzas, que reduzia para metade a capacidade nominal de 20 000 t/ano de gusa. O processo sobreviveu enquanto os problemas de abastecimento do país em gusa de fundição subsistiram, mas, «após o termo do conflito, em Maio de 1945, as quantidades de ferro para fundição importado cresceram

¹⁷ Adriano Rodrigues, *Reflexões sobre o Problema Siderúrgico Nacional em Relação com a Economia e o Progresso do País*, Porto, Associação Industrial Portuense, 1941, p. 41.

¹⁸ Existe considerável bibliografia sobre este projecto. Em Ramos da Costa, *op. cit.*, resumam-se os acontecimentos com ele relacionados entre 1912 e 1929.

¹⁹ Data mencionada in *Bol. da DGI*, vol. 1, n.º 42, de 29-6-1938, p. 622.

rapidamente, oferecidas a 1500 \$/t CIF Lisboa, isto é, a preços inferiores aos conseguidos pelo processo *Basset* na fábrica de Alhandra»²⁰. Quanto à qualidade, bastará ver que em fins de 1945, com a unidade já prestes a cessar a actividade, a Associação Industrial Portuguesa adverte os sócios de que «a fábrica vai recomeçar a trabalhar em 3 de Dezembro próximo e a sua aquisição [da gusa fabricada] representa um caso moral para os industriais, pois quando não se dispunha de outro ferro, foi o de Alhandra que lhes valeu»²¹, anunciando-lhes que o fabrico «vai ser beneficiado». Alfredo da Silva terá dito a Henrique de Sommer, a propósito da gusa *Basset*, que «aquilo só serve para fazer panelas»²².

A fábrica já não produziu em 1946. Encerrou, tal como outras quatro fábricas europeias que haviam utilizado o mesmo processo (embora haja notícia de um *Basset* ainda a operar na Dinamarca em 1952²³).

O GOVERNO DÁ UM PASSO: A COMPANHIA PORTUGUESA DE SIDERURGIA

Com a chegada ao governo de Ferreira Dias, como subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, em Julho de 1940, multiplicam-se, como é bem conhecido, as autorizações para novas indústrias, entre elas algumas que, com maior ou menor tempo de incubação, vieram a ter importância no panorama industrial português: o sulfato de amónio, a cianamida cálcica, a metalurgia do cobre, os tubos de aço, entre outras. E era inevitável que, embora nas condições difíceis do tempo de guerra e com a electrificação ainda a marcar passo, o novo governante quisesse deixar a sua marca na abordagem da questão siderúrgica. Fê-lo tomando justamente o caminho inverso do *Basset*: em lugar de começar pela redução (primeiro estágio de uma siderurgia), a sua iniciativa foi no sentido da laminagem — o último estágio.

Em Agosto de 1941 concede a Ricardo Lopes da Cruz licença para montar em Vila Franca de Xira «uma oficina para laminagem de ferro e aço»²⁴ para aços correntes de construção (varões e perfis) a partir de sucatas. Esta licença vai dar origem à constituição da Companhia Portuguesa de Laminagem. A convicção do licenciador não era grande: à empresa era imposto que suspendesse «a laboração no fim de seis anos, sem direito a indemnização, se tal for julgado conveniente pelo Governo». Um empresário desconhecido, eventualmente um belo negócio temporário para o mesmo,

²⁰ G. Braz de Oliveira, *A Indústria Portuguesa de Cimento — Um Século de História — 1890-1990*, 1.º vol., Lisboa, CIMPOR, 1995, p. 324.

²¹ *Indústria Portuguesa*, Lisboa, n.º 213, Novembro de 1945.

²² J. Freire Antunes, *Champalimaud*, Lisboa, Temas e Debates, 1997, p. 67 (citação de António Champalimaud).

²³ Knud Tensen, «Das Basset Verfahren fuer die Roheisenerzeugung in Drehoeften», in *Stahl und Eisen*, fasc. 23, 1952 (trad. na *Técnica* de Fevereiro de 1953).

²⁴ *Bol. da DGI*, n.º 204, de 6-8-1941.

uma experiência de guerra sem encargos para o Estado — ao fim de seis anos se verá! Acabou por não se ver nada: a empresa limitou-se a construir um edifício e a adquirir algum equipamento usado²⁵, sem nunca ter tido meios para ir mais longe. Não veio a entrar na história da nossa siderurgia — nem essa era, na verdade, a intenção do governo.

Entretanto, Ferreira Dias encomenda a estrangeiros vários estudos relativos à instalação da siderurgia em Portugal. De dois deles, feitos por americanos e polacos, não conhecemos as propostas apresentadas. O terceiro foi efectuado pela Société des Forges et Aciéries de Firminy²⁶. O estudo, em si, pouca importância tem. Propõe, aliás, uma solução técnica pouco convincente (se é que alguma faria sentido, nas condições então existentes no país). Na realidade, o que importa são as relações que, já desde o ano anterior, o governante vinha mantendo com a Firminy, tendo em vista a instalação em Portugal de uma unidade para o fabrico de folha-de-flandres, matéria-prima essencial para a indústria de conservas de peixe (e daí que, no estudo acima referido, este fabrico tenha sido excluído).

Com efeito, à indústria conserveira abriam-se mercados de guerra altamente remuneradores (o preço de venda das conservas à exportação triplicou de um dia para o outro), mas estava limitada à folha-de-flandres que os consórcios compradores estrangeiros lhe enviavam, colocando os conserveiros na posição de «alfaiates de trabalho a feito»²⁷. Ferreira Dias estava em contacto desde Maio de 1941 com o Comité d'Organisation de la Sidérurgie Française, que lhe fez um relatório preliminar sobre a indústria de folha-de-flandres e posteriormente lhe recomendou a Firminy como empresa adequada para realizar o projecto. Em fins desse ano é nomeada uma comissão para o estudo do problema, liderada pelo Eng. Sebastião Ramires, homem de grande confiança do regime, pessoal e institucionalmente muito ligado à indústria conserveira.

Durante o ano de 1942 decorrem negociações entre o governo e a Firminy, e quando, em Julho, Ferreira Dias concede a licença para a indústria²⁸, não só o titular é a própria Firminy, como entretanto já tinham sido acordadas entre as duas partes as minutas de dois contratos: um «de encomenda» (dos equipamentos) e outro de «administração geral». O despacho de licença impunha a constituição imediata de uma sociedade portuguesa, mas o segundo daqueles contratos obrigava a que o conselho de administração

²⁵ J. Ferreira Dias, «Projecto de licença para o estabelecimento da indústria siderúrgica», 30-4-1954, p. 8, IANTT, AOS/CO/EC-8A.

²⁶ «Mission au Portugal du 6 au 30 janvier 1942 — rapport de mission de Mrs Mayençon et Demiron», Fevereiro de 1942.

²⁷ V. rubrica «Aspectos industriais», in *Indústria Portuguesa*, Lisboa, n.º 174, Agosto de 1942. No n.º 177, de Novembro, mesma rubrica, v. conferência do Eng. Sebastião Ramires sobre a introdução em Portugal do fabrico de folha-de-flandres.

²⁸ *Diário do Governo*, 2.ª série, de 7-8-1942 (despacho de 15-7-1942).

dessa empresa delegasse na Firminy praticamente todos os seus poderes de «condução do negócio dos pontos de vista administrativo, comercial e técnico»²⁹. É então constituída a 23 de Outubro a Companhia Portuguesa de Siderurgia (CPS) e no dia seguinte são já por ela assinados aqueles dois contratos. O capital da empresa era de 50 000 contos, dos quais 15 000 subscritos pelos grêmios das conservas de peixe (Fundo Corporativo), 12 500 pelo «grupo francês» (a realizar em equipamentos e serviços) e o restante a subscrever por empresas conserveiras, que só em pequena parte o realizaram.

O nome da empresa não era casual: Ferreira Dias escreverá várias vezes que esta empresa tinha por objectivo constituir «o núcleo da futura siderurgia». A iniciativa abordava a indústria «de trás para a frente»: a primeira prioridade era a laminagem a frio a partir de rolos de chapa a quente importada, numa 2.^a fase instalar-se-ia um laminador a quente e, por fim, chegar-se-ia à produção do aço bruto³⁰. Aliás, o despacho de licença refere que as matérias-primas serão «sucata de ferro e lingotes de gusa», o que sugere desde logo a existência (na fase final) de um fabrico de aço. Mas no contrato de encomenda só se refere, como «1.^a urgência», o laminador a frio e a estanhagem e, como «2.^a urgência», o laminador a quente. O investimento estimado para a 1.^a fase era de 135 000 contos.

Sebastião Ramires foi eleito presidente do conselho de administração (CA) da companhia e, de início, as coisas pareceram correr bem: em Agosto de 1943 chegaram os estanhadores³¹ e em Abril seguinte a Firminy informa que «o laminador estará pronto dentro de dois meses»³².

Daí por diante e ao longo dos anos 40, a história da CPS é, por um lado, a da endémica escassez de meios financeiros e, por outro, e sobretudo, a dos sucessivos adiamentos e manobras da Firminy, que manifestamente se desinteressou do projecto. Assim, os estanhadores só vieram a ser desalfandegados já em 1947, depois de quase terem ido a leilão por falta de pagamento dos encargos de armazenagem, tendo mais tarde vindo a concluir-se que se tratava de equipamento já usado³³. Em Fevereiro de 1950, em pleno impasse, os administradores portugueses demitem-se, «dada a imprecisão dos objectivos

²⁹ «Contrato de administração geral», 24-10-1942, arquivo SN.

³⁰ Esta sequência é expressamente mencionada num breve historial da empresa constante de um despacho do ministro Castro Fernandes de 9-6-1950, arquivo SN.

³¹ Acta n.º 17 do CA da CPS de 23-8-1943, arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*.

³² Acta n.º 19 do CA da CPS de 27-4-1944, *ibid*.

³³ Cinco depoimentos testemunhais de técnicos da CPS de 1949 a 1951 (arquivo SN) e acta n.º 111 do CA da CPS (arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*); v. também, no mesmo arquivo, sobre a concepção técnica e qualidade do equipamento Firminy, o «Relatório acerca da fábrica e do fabrico de folha-de-flandres para a Companhia Portuguesa de Siderurgia» do consultor americano «The ARMCO International Corporation» de Julho de 1951 (preparado para servir de base a uma candidatura ao Plano Marshall), que, no plano tecnológico, é simplesmente demolidor.

da companhia e não se encontrando solução para a situação financeira»³⁴. Na nova administração, presidida pelo Eng. Castro e Solla (director-geral de Minas e Serviços Geológicos), entra o capitão António de Spínola, que virá, anos depois, a ter um papel de algum relevo na evolução seguinte do problema siderúrgico.

Entretanto, o ministro Castro Fernandes, que entrara em Outubro de 1948, iria encomendar novos estudos relativos à siderurgia, um dos quais do especialista italiano Ettore de Castro³⁵, onde, na esteira dos vários intervenientes no debate até então, ele elimina em poucas palavras a hipótese do alto-forno: «Excluído o alto-forno, que não pode prestar-se para a produção de somente 72 000 t de gusa/ano [...]» A sua proposta tecnológica para a produção de 20 000 t de gusa de fundição e 75 000 t de laminados correntes é de um forno eléctrico de redução para a primeira e de três fornos *Martin* de 50 t para o fabrico de aço destinado à laminagem. Para além disso, é de parecer que «para conseguir a autonomia da indústria conserveira em épocas de perturbações internacionais, se leve a termo a instalação projectada da Companhia Portuguesa de Siderurgia, instalando nos edifícios já construídos um trem próprio para folha-de-flandres, eventualmente em segunda mão».

O ministro seguirá de perto estas recomendações. Em Junho de 1950 emite um despacho orientador para a indústria siderúrgica³⁶, que se pode considerar ser, de algum modo, o ponto de partida do longo processo de entrada da siderurgia em Portugal. Sem se tratar da abertura de um concurso, ele apresenta um convite expresso à iniciativa privada para que manifeste o seu interesse no projecto, garantindo-lhe, «da parte do governo, o apoio e a colaboração que as circunstância justificarem». O texto sintetiza as considerações e as conclusões tecnológicas de Ettore de Castro e, como ele, refere que a localização do empreendimento «não pode deixar de ser no Norte do país e, de preferência, junto à costa».

A este despacho segue-se de imediato outro, esse respeitante à CPS (v. nota 30), em que considera, «dada a herança do passado [...] ter de eliminar-se a hipótese de a Companhia vir a realizar o programa siderúrgico, assim se renunciando à ideia inicial de fazer dela o núcleo da nova indústria». Mas, cingindo-se apenas à laminagem de folha a frio, «afigura-se desejável que a companhia prossiga na sua realização». Para isso sugere a liquidação dos contenciosos com a Firminy e propõe o aumento do capital

³⁴ Acta n.º 90 do CA da CPS de 23-2-1950.

³⁵ Ettore de Castro, «Lineamento di una prima installazione siderurgica nel Portogallo» (na versão portuguesa existente: «Linhas gerais de uma primeira instalação siderúrgica em Portugal»), sem data (estimada: 1.º trimestre de 1950), arquivo SN.

³⁶ *Bol da DGSJ*, n.º 76, de 14-6-1950 (o despacho é de 2-6-1950).

até 100 000 contos — aumento esse que, três anos mais tarde, virá a estar na origem da entrada do «grupo cimenteiro» no processo que conduzirá à instalação da siderurgia. Na verdade, só em Maio de 1953, já com o capitão António de Spínola como presidente do CA, e após várias peripécias, inclusive judiciais, a CPS e a Firminy viriam a saldar as suas divergências, ficando sem quaisquer compromissos de parte a parte. Era então altura de pensar no capital.

DA PREPARAÇÃO DO I PLANO DE FOMENTO À LICENÇA

A INICIATIVA PÚBLICA E AS REACÇÕES PRIVADAS

A iniciativa privada não se manifestou nos dois anos seguintes ao despacho de Castro Fernandes. É óbvio que esperava do governo que este previamente desse um sinal quanto ao apoio e colaboração que se propunha dar a projecto de tal envergadura. Mesmo o pedido da Companhia Cimento Tejo, em Janeiro de 1952, para «instalar, no Distrito do Porto, com exclusivo por dez anos [...] uma fábrica de siderurgia para a produção de gusa, aço e perfilados de consumo corrente no mercado»³⁷ não terá passado, segundo António Champalimaud, de «uma posição que se marcasse, a fim de se poder, partindo dela mais tarde, buscar o caminho adequado à orientação superior»³⁸.

Cabia, pois, ao Estado dar ainda o passo seguinte. Neste mesmo ano de 1952 está em fase final de preparação o I Plano de Fomento, em que à industrialização vai, enfim, ser dado um papel de relevo na política de fomento. E já não se partia do zero: em 1951 tinham arrancado o Castelo do Bode e a Venda Nova e já em 1952 começaram a produzir azotados o Amoníaco Português (Estarreja) e a União Fabril do Azoto (Alferrarede), para só falar dos empreendimentos de maior vulto. Dos investimentos previstos no Plano, 47% destinavam-se à hidroelectricidade/rede eléctrica (2,7 milhões de contos) e à indústria (880 000 contos). O programa de Ferreira Dias estava em curso, mas, quanto à indústria siderúrgica, abria-se agora um debate que iria durar alguns anos: devia-se arrancar com uma pequena unidade industrial, com carácter quase experimental e de formação técnica, ou partir desde logo para uma «grande siderurgia» capaz de abastecer o mercado nacional, pelo menos em laminados correntes (cujo consumo já rondava as 80 000 t/ano)? Até agora, se excluirmos o inverosímil projecto da Firminy de 1942, apenas Ettore de Castro se aproximara, em capacidade, da «grande siderurgia» (para Portugal, entenda-se; mas, no essencial, a partir de sucatas), pois até mesmo

³⁷ *Bol. da DGSI*, n.º 164, de 20-2-1952

³⁸ Cit. em carta do Eng. Daniel Barbosa (então deputado e bastonário da Ordem dos Engenheiros) a Salazar de 15-4-1953, IANTT, AOS/CO/EC-8A.

o Ferreira Dias da *Linha de Rumo* se ficara por uma «unidade experimental», para começar.

A proposta de lei do Plano de Setembro de 1952 faz uma breve análise das tecnologias de redução disponíveis e, na linha de todos os anteriores intervenientes sobre a questão, exclui liminarmente o alto-forno a coque por não utilizar carvões nacionais. Deixa em aberto as tecnologias de baixo-forno eléctrico, forno *Sturtzelberger* ou *Krupp-Renn*, e pronuncia-se pela «realização imediata de uma instalação capaz de produzir à roda de 20 000 t anuais de gusa. A laboração desta unidade durante um ou dois anos permitirá preparar os quadros do pessoal técnico indispensável e realizar com inteira segurança a instalação definitiva dentro do período do Plano³⁹.» Prevê uma verba de 250 000 contos, que se supõe suficiente para a realização do empreendimento⁴⁰. Quanto à folha-de-flandres, refere-se que «a ultimate dos trabalhos [na realidade, começar tudo de novo, excepto os edifícios] exige um investimento de 120 000 contos». Ambas as verbas são inscritas no plano de investimentos.

Ferreira Dias, procurador à Câmara Corporativa, é agregado à secção de indústrias metalúrgicas e químicas para a elaboração do respectivo parecer subsidiário, cujo texto é obviamente do seu punho, embora o relator seja Ezequiel de Campos. Para além disso, é ele próprio o relator do parecer final da Câmara Corporativa.

No primeiro considera que, «fixando em 20 000 t a capacidade da instalação a montar no futuro imediato, protelar-se-ia, sem razão aceitável, a efectiva resolução do problema siderúrgico nacional»⁴¹. Parece-lhe que se deve caminhar desde logo para dar resposta ao consumo nacional de varões e perfis correntes, fio-máquina (para arames) e banda para tubos, «produtos que é possível obter numa aciaria e laminagem de 1.ª fase». O autor menciona ainda, referindo-se, sem o nomear, ao pedido da Tejo, que «se sabe que está interessado nesta realização de interesse nacional [...] um importante grupo industrial português». Este acusar de recepção da mensagem enviada pelo grupo cimenteiro assinala, de algum modo, o primeiro ponto de contacto entre as duas partes que virão, anos depois, a pôr de pé o projecto siderúrgico — o Estado e aquele mesmo grupo.

No parecer da Câmara⁴² Ferreira Dias desenvolve a ideia de uma siderurgia integrada de 100 000 t/ano (a passar em poucos anos a 150 000 t),

³⁹ Proposta de lei, in *I Plano de Fomento*, vol. 1, Lisboa, ed. dos Ministérios da Economia e do Ultramar, 1953, p. 33.

⁴⁰ Se dissermos que o investimento que veio a efectuar-se a partir de 1958 atingiu mais de 2,5 milhões de contos, imagine-se que siderurgia se está aqui a esboçar...

⁴¹ Pareceres subsidiários, in *I Plano de Fomento*, vol. 1, pp. 289-291.

⁴² Parecer da Câmara Corporativa, *ibid.*, pp. 166 a 171.

mas totalmente autárquica em minérios, carvões e energia⁴³. Para isso, vai recorrer, numa 1.ª fase, a duas tecnologias de segurança duvidosa: por um lado, ressuscita o *Basset* de Alhandra, a cinzas de pirite, que lhe dará 30 000 t de gusa anualmente; por outro, instala dois fornos *Krupp-Renn* para 60 000 t de lupas, utilizando minério de Moncorvo e carvões pobres nacionais⁴⁴. A aciaria e a laminagem concentrar-se-iam no Porto, agregando as instalações de folha-de-flandres da Companhia Portuguesa de Siderurgia (e aí o autor aproveita para recordar que «não foi por acaso» que assim lhe chamou). Quanto ao *Krupp-Renn*, põe mesmo a hipótese de o instalar em Moncorvo, junto às minas de ferro. «As instalações *Basset* e *Krupp-Renn* podem arrancar sem demora [...] A electro-siderurgia [baixo-forno eléctrico de redução] em grande escala viria depois, quando houvesse energia suficiente.» Recorde-se que esta tecnologia também era autárquica, pois trabalharia à base da hidroelectricidade e de carvões nacionais. E termina com um apelo à acção imediata: «O que interessa é organizar uma empresa com certa posição do Estado, dar-lhe meios e um programa não muito apertado — e deixá-la trabalhar.» Ferreira Dias viria a ter ocasião de constatar que as coisas não eram tão simples.

Este parecer é de 19 de Novembro de 1952. Em Dezembro, no debate final do Plano na Assembleia Nacional, pouco se falou de siderurgia. Apenas Daniel Barbosa, deputado do Porto, se destaca em defesa da siderurgia, repetindo, por outras palavras, a exortação de Ferreira Dias.

Poucos meses depois, o mesmo Daniel Barbosa escreve uma carta a Salazar em que relata as conversas que tem tido, como engenheiro e como amigo, com o industrial António Champalimaud (AC) a respeito da siderurgia. Segundo ele, «aprovado o Plano de Fomento, pareceu [àquele industrial] chegado o momento de definir de vez a situação»⁴⁵. AC propõe-se instalar um projecto muito semelhante ao de Ferreira Dias: 100/120 000 t/ano de laminados correntes, com matérias-primas provenientes do *Basset*, sucatas e de gusa complementar a adquirir a «instalações independentes que operem em *Krupp-Renn* ou outros processos», à base de minérios portugueses. Na realidade, trata-se, para o grupo cimenteiro, de reactivar o *Basset* e de instalar uma aciaria e uma laminagem, esperando que outros cuidem da produção complementar de gusa (a parte de resultados técnico-económicos mais duvidosos).

⁴³ Quanto à capacidade, o autor mostra conhecer bem até que ponto uma «grande siderurgia» em Portugal não passa de uma pequena siderurgia à escala internacional quando cita o relatório do plano Monnet, segundo o qual «a capacidade óptima de uma aciaria é de 1 milhão de toneladas/ano».

⁴⁴ Esta tecnologia tinha o atractivo, para os autárquicos, de produzir ferro (lupas) a partir de matérias-primas de baixa qualidade. Mas, como vários ensaios demonstraram, havia sérios problemas técnicos e económicos para conseguir a sua fusão no alto-forno ou num forno eléctrico de arco. Era uma tecnologia sobrevivente dos anos de guerra, que perdeu interesse com a descoberta e exploração de novos jazigos de minérios ricos à escala mundial nos anos 50 e 60.

⁴⁵ Carta cit. (nota 38) de 15-4-1953.

Segundo Daniel Barbosa, o industrial já dispunha de 100 000 a 150 000 contos prontos a investir no projecto e pretendia clarificar quais as intenções do governo quanto aos 250 000 contos inscritos no Plano. Pela sua parte, AC preferiria que só uma parte dessa verba fosse para subscrição de capital, tomando o restante a forma de empréstimo, para evitar a ideia de que o Estado «aparecesse a acalantar [...] o capital particular, dando-lhe especial garantia pela sua presença na sociedade». Este veio, afinal, a ser justamente o papel do Estado, mesmo sem nenhuma participação no capital da empresa.

Mas era cedo de mais para acelerar o processo. O projecto, aliás, estava longe de empolgar Salazar, que na sua conferência sobre o Plano de Fomento, quando se refere aos movimentos de integração europeia (nomeadamente à CECA, já em fase de arranque) e se interroga quanto à forma como agirão perante um país como Portugal, diz apenas: «Vê-lo-emos, quando tentarmos lançar a nossa pequena siderurgia⁴⁶.» Entretanto, também ao ministro Ulisses Cortês parecia cedo de mais. Por isso decidiu incumbir o Eng. Cabral de Moncada, seu assessor siderúrgico, de uma prolongada missão de estudo pela Europa a fim de apresentar um estudo técnico-económico fundamentado sobre o que haveria a fazer em matéria de siderurgia. Esse estudo vai decorrer durante todo o ano de 1953. Em lugar de pôr uma empresa «a trabalhar», o Estado decide começar o trabalho.

No entanto, nem tudo estava parado. Liberta de todos os compromissos com a Firminy, a CPS irá, no 2.º semestre desse ano, tomar uma iniciativa que terá um papel importante no desenrolar dos acontecimentos.

DAS ILUSÕES DA CPS À AFIRMAÇÃO DO GRUPO CIMENTEIRO

A CPS vira com bons olhos as referências que lhe eram feitas no parecer da Câmara Corporativa⁴⁷ e, sobretudo, por certo, a verba que no Plano era atribuída à folha-de-flandres. Mas, na verdade, só em meados de 1953 Spínola vai abrir caminho a alguma solução para os problemas da empresa.

Não sabemos ao certo como se estabeleceu o primeiro contacto da CPS com António Champalimaud. Mas a verdade é que, em Julho, a CPS dirige um *memorandum* confidencial ao governo⁴⁸ em que, reconhecendo a duvidosa viabilidade de uma indústria de folha-de-flandres isolada, com uma pequena produção, sugere «a integração na companhia do Sr. António de Sommer Champalimaud e de outros interessados na realização da indústria siderúrgica», o que solucionaria o problema financeiro da empresa e habitaria esta a concorrer com sucesso àquele empreendimento industrial.

⁴⁶ A. Oliveira Salazar, *O Plano de Fomento — Princípios e Pressupostos*, conferência de 28-5-1953, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1953, p. 26.

⁴⁷ Acta n.º 128 do CA da CPS de 23-12-1952, arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*.

⁴⁸ *Memorandum* confidencial da CPS de 14-7-1953, arquivo SN.

A partir daí, as coisas precipitam-se. Em resposta a uma circular da CPS visando o aumento de capital para 100 000 contos, Champalimaud (já então accionista da CPS, por averbamento em seu nome de 50 acções detidas por Spínola⁴⁹) informa responder ao aumento de capital na parte que lhe cabe como accionista, mas também vir a subscrever, «sob certas condições», a totalidade desse aumento⁵⁰. Em três dias, com mais uma troca de cartas, chega-se a um acordo relativo a esta subscrição, sob a condição de que a CPS obtenha autorização para a montagem da siderurgia e assegure a obtenção das contribuições financeiras previstas no Plano para as rubricas «siderurgia» e «folha-de-flandres» (num total de 370 000 contos)⁵¹. E logo se passa à assinatura de um contrato relativo às diligências e estudos imediatos a efectuar, bem como à colaboração entre as duas partes na elaboração e apresentação ao governo do projecto (em nome da CPS) e «na realização da indústria siderúrgica»⁵². Assinale-se que, em toda esta correspondência e nas referências ao assunto em CA da CPS, António Champalimaud aparece sempre a título individual, apenas no contrato se mencionando que ele se compromete a «declinar» em favor da CPS o pedido feito pela Companhia Cimento Tejo, uma vez que a «concessão seja dada à primeira contratante» (a CPS).

Desde esse momento a administração da CPS está convicta de que a empresa irá, finalmente cumprir o grande objectivo para que fora criada. Em Outubro é decidido «acelerar a efectivação dos estudos e projectos» e, no espírito do contrato, «mandar à Alemanha e a Inglaterra o Eng. Nobre da Costa, indicado pelo Sr. Champalimaud»⁵³, a fim de proceder aos contactos necessários e aos estudos técnicos e económicos do projecto a apresentar ao governo. Esta deslocação de um técnico da Empresa de Cimentos de Leiria será custeada pela CPS (na verdade, será o grupo cimenteiro quem do seu trabalho virá a recolher mais proveito). Enquanto se aguarda a sua conclusão, a CPS entrega formalmente na DGSI o seu pedido para instalação da siderurgia em Portugal⁵⁴.

No fim deste ano, o Eng. Cabral de Moncada, por parte do Estado, e o Eng. Nobre da Costa, por parte da CPS, estão a ultimar os seus relatórios. E Spínola conclui a última reunião do CA da empresa afirmando que o panorama para a CPS «se apresenta actualmente em condições extraordina-

⁴⁹ Acta n.º 136 do CA da CPS de 26-7-1953, arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*.

⁵⁰ Carta de AC à CPS de 24-8-1953, arquivo SN.

⁵¹ Cartas de AC à CPS de 27-8-1953 e da CPS a AC da mesma data, arquivo SN. Em conselho justifica-se este acordo, entre outras razões, pelo «reconhecimento de que a integração do Sr. Champalimaud na Companhia» valoriza a posição desta e «elimina do campo de luta um concorrente de justificado peso» (acta n.º 137, de 27-8-1953, arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*). Uma visão algo optimista que os factos não viriam a corroborar.

⁵² Contrato entre a CPS e António Champalimaud de 28-8-1953, arquivo SN.

⁵³ Acta n.º 139 do CA da CPS de 6-10-1953, arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*.

⁵⁴ *Bol. da DGSI*, n.º 261, de 23-12-1953.

riamente prometedoras de um futuro da mais elevada projecção no quadro da indústria nacional»⁵⁵.

Aqueles dois relatórios⁵⁶ passam em revista as matérias-primas, mas, não por acaso, Moncada, um autárquico, analisa apenas as nacionais, enquanto Nobre da Costa inclui também as que poderão vir a ser importadas: coque metalúrgico, ferro-ligas, espato-flúor e dolomites calcinadas. Quanto ao programa de produção, ambos se centram nos perfis correntes, chapas finas (para tubos), fio-máquina e folha-de-flandres, com produção adicional de alguma gusa de fundição. Os números divergem um pouco, porque num caso (Moncada) se tomam os dados do consumo actual, enquanto no outro (Nobre da Costa) esse consumo é projectado para 1957, data em que presumivelmente poderia arrancar a instalação. Daí decorre que Moncada proponha uma capacidade de 100 000 t/ano de gusa (15 000 de gusa de fundição) e Nobre da Costa 125 000 t/ano (20 000 de fundição).

Ao expor as bases da sua concepção do empreendimento, Moncada é claro: «As soluções totais ou parciais contendo o alto-forno a coque ou partindo de sucata, aço, ou produtos semiacabados importados, foram menos consideradas no estudo, devido a desejarmos, em primeiro plano, apresentar soluções com materiais e recursos nacionais.» E diz mais: «Desde que se queira começar com prudência, desde que se não queira importar coque estrangeiro para obter ferro e desde que se não queira de entrada realizar um considerável investimento, ultrapassando as verbas previstas no Plano de Fomento», torna-se conveniente «a realização por fases do empreendimento». E aí temos, de novo, a «pequena siderurgia» prudente e autárquica: em qualquer das duas alternativas que propõe, os laminados atingiriam apenas as 40 000 t/ano.

Quanto ao relatório de N. Costa, a perspectiva é rigorosamente oposta. Ele põe-se na posição do engenheiro, que busca a solução tecnológica mais segura e experimentada, procurando ao mesmo tempo dar resposta plena (e não apenas parcial) às solicitações do mercado e produzir ao mais baixo custo, logo em maior escala — isto independentemente de, se necessário, ter de recorrer à importação de algumas matérias-primas. O seu estudo propõe também um 1.º escalão, mas este visando desde logo a produção de 130 000 t/ano de laminados (incluindo a folha-de-flandres) e 20 000 t de gusa de fundição. Para isso propõe um alto-forno a coque de 500 t/dia⁵⁷, um forno

⁵⁵ Acta n.º 140 do CA da CPS de 15-12-1953, arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*.

⁵⁶ P. Cabral de Moncada, «Relatório referente ao estabelecimento da siderurgia em Portugal», parte I, Novembro de 1953, e parte II (estudo económico), Maio de 1954, IANTT, AOS/CO/EC-8 (existe um «extracto» da parte I publicado no *Bol. da DGSI*, n.ºs 271 a 277, ed. em separata em 21-4-1954).

A. Nobre da Costa, «CPS — Bases de um programa siderúrgico», arquivo SN. Este volume contém o relatório do Eng. Nobre da Costa, com aquele título, de Dezembro de 1953 e vários pareceres de especialistas internacionais entre Fevereiro e Maio de 1954.

⁵⁷ Solução a que agora adere o próprio Ettore de Castro, um dos peritos consultados.

eléctrico de arco na aciaria com capacidade de 40 t e dois convertidores LD de 10 t cada um. Estes últimos representam uma tecnologia inovadora⁵⁸ de origem austríaca, mas já com excelentes provas dadas à escala industrial no país que a desenvolveu (e instalações em curso em vários outros), adequando-se particularmente ao leito de fusão previsível para Portugal, com teores intermédios de fósforo (derivados da composição do minério de Moncorvo). Trata-se aqui, inequivocamente, da «grande siderurgia» (à nossa pequena escala).

Nobre da Costa admite que um baixo-forno eléctrico de redução pudesse ser uma solução técnica e economicamente interessante, mas os dados que possui sugerem-lhe que em 1957 (arranque) não estarão disponíveis os 400 milhões kWh/ano necessários a uma marcha contínua. E, em qualquer caso, haveria que ver a que preço esse kWh poderia ser fornecido (os fornos deste tipo instalados na Europa situavam-se, predominantemente, em países de energia muito barata).

Quanto à localização, ambos os estudos são muito cautelosos, invocando o desconhecimento da solução técnica que virá finalmente a ser adoptada. Com efeito, a localização dependia em boa parte da escolha das matérias-primas mais ajustadas à tecnologia adoptada (por exemplo, minérios de Moncorvo e/ou do Marão — do Norte — ou cinzas de pirite e/ou gusa *Basset* — do Sul?), mas também de inúmeros outros factores, como as facilidades de transporte, o acesso portuário, a repartição geográfica dos mercados, a disponibilidade de mão-de-obra e tantos mais. Ainda assim, ambos tomam como base de cálculo «a região do Porto», mas sob reserva de futuras decisões da empresa a criar.

Estes dois trabalhos, que foram os únicos estudos nacionais largamente fundamentados que precederam a instalação da siderurgia, tiveram escasso efeito imediato. O ministro andava ocupado a preparar as bases para a futura licença⁵⁹ e, como se verá, esta pouco aproveitou do estudo de Moncada. O trabalho de Nobre da Costa, esse, terá mudado radicalmente as ideias de Champalimaud quanto ao projecto, mas ainda era muito cedo para assumir publicamente essa nova perspectiva.

Em Janeiro de 1954, Ulisses Cortês encarrega Ferreira Dias de redigir a licença «após acordo com os industriais interessados»⁶⁰. Este põe mãos à obra,

⁵⁸ Contrariamente aos convertidores clássicos (*Bessemer* e *Thomas*), em que o oxigénio de afinação da gusa é proveniente de ar insuflado pela base, no LD é projectado oxigénio puro sobre o banho por meio de uma «lança» (longo tubo de aço refrigerado na parede externa, em posição vertical).

⁵⁹ Na verdade, as coisas mexiam: entre Outubro de 1953 e Janeiro de 1954 entraram na DGSI, para além do da CPS já referido, mais quatro pedidos relacionados com a siderurgia das empresas Virgílio Martins Correia, Companhia Portuguesa de Trefilaria (este só para produção de fio-máquina), Companhia Portuguesa de Laminagem e Forjas Nacionais, L.^{da} E estava pendente um pedido da Sociedade das Minas de Vila Cova para o fabrico de gusa de fundição. Urgia definir as condições em que o Estado se propunha conceder a licença.

⁶⁰ Carta de Ferreira Dias a Ulisses Cortês de 11-1-1954 a confirmar as orientações então recebidas, em anexo à referência seguinte.

reunindo sucessivamente com as sete empresas candidatas a realizações siderúrgicas, globais ou parciais. Para além disso, reúne também com diversas entidades públicas, personalidades e um conjunto de empresas metalomecânicas. O seu objectivo, de acordo com as instruções recebidas, é o da constituição de uma única empresa em que aqueles diversos peticionários e outras empresas estejam interessados em participar, tendo em vista a realização do projecto siderúrgico. Com excepção da Tejo e da CPS, «talvez por se sentirem mais fortes», sublinha, «a reacção dos peticionários à ideia [...] foi, na generalidade, desfavorável»⁶¹. Todos pretendiam «uma licença em seu nome e à sua medida». Daí que só tenham ficado em liça aquelas duas empresas, cada uma com as suas vantagens próprias. A Tejo era, de entre todos os candidatos, o único cujo pedido estava em condições legais para merecer um despacho imediato (por ser o mais antigo, tendo já corrido todas as formalidades burocráticas). Para além disso, tinha o seu peso industrial, e ainda o acordo feito com a CPS, que permitia integrar na nova siderurgia a fabricação de folha-de-flandres, proporcionando a oportunidade de «retomar a ideia inicial de que a produção de folha seria o primeiro escalão do programa siderúrgico». Quanto à CPS, a vantagem que oferecia só não era apenas sentimental porque, justamente, o seu contrato com Champalimaud lhe atribui a titularidade do empreendimento — este o seu único trunfo.

Tendo obtido das metalomecânicas uma posição geralmente favorável à participação no capital da futura empresa, Ferreira Dias esboça desde logo a composição do capital da CPS após o famoso aumento para 100 000 contos: indústria conserveira (na realidade, o capital já realizado da CPS), 37 500 contos; grupo cimenteiro, 48 500 contos; grupo metalomecânico, 14 000 contos. Estabelece-se também, desde logo, que a CPS, um ano após a apresentação do seu projecto, aumentará o capital para 300 000 contos, o que permitirá, com recurso ao crédito (Estado e particulares), mobilizar os 750 000 contos previstos como imobilização total. O Estado participará com 20% do capital social.

O projecto de texto da licença «de ferro e aço laminado, com exclusivo por dez anos» prevê que ela seja concedida à Companhia Cimento Tejo, com a condição de esta empresa a transferir, no prazo de trinta dias, para a CPS⁶². É fixada uma capacidade mínima de 150 000 t de gusa de fundição, laminados e folha-de-flandres e é dado um prazo de seis anos para conclusão da montagem, mas admite-se que a concessionária «antecipe a laboração com instalações de menor capacidade»⁶³ — isto é, começar pela «pequena siderurgia» para mais tarde chegar à «grande» (o que é consistente com as posições tomadas

⁶¹ J. N. Ferreira Dias, «Projecto de licença para o estabelecimento da indústria siderúrgica», 30-4-1954, IANTT, AOS/CO/EC-8A. Na verdade, o que FD propunha às empresas era a sua participação no aumento de capital da Companhia Portuguesa de Siderurgia.

⁶² Id., *ibid.*, anexo n.º 1, artigo 2.º

⁶³ Id., *ibid.*, artigo 8.º

pelo autor). Também, no que toca à autarcia, se impõe a obrigação de «empregar nos seus fabricos matérias-primas nacionais, incluindo os combustíveis empregados», mas reservando-se a possibilidade de o ministro da Economia autorizar importações, se elas forem condição de viabilidade da empresa⁶⁴. Isto é, o Estado não sugere nenhum perfil tecnológico, mas põe condições em que, por exemplo, um *Krupp-Renn* assentaria como uma luva. Enfim, a concessionária «obriga-se a apresentar [...] dentro do prazo de um ano um projecto pormenorizado da unidade fabril, com estudo económico, que, a ser aprovado pelo Estado, obriga este ao estabelecimento da necessária defesa pautal»⁶⁵.

Deve assinalar-se que durante todas as conversas de Ferreira Dias nunca foram abordadas as questões da tecnologia e da localização. E na licença, dos três grandes factores que definem fisicamente um projecto, apenas se indica a sua capacidade mínima. Aparentemente, cumpre-se o sugerido em tempos: formar uma empresa — e deixá-la trabalhar.

Em conclusão do seu relatório, o autor faz questão de salientar: «O esquema de sociedade que apresento tem como figura central o Sr. António Champalimaud. Não ignoro que o Sr. Champalimaud tem tido atritos com algumas entidades oficiais e que outros o acusam de autoritário; é com pleno conhecimento deste facto que o aceito como cabeça do maior grupo financeiro interessado na siderurgia. As grandes obras não se fazem ou deixam de fazer porque os homens que as orientam são maleáveis ou ariscos, mas porque têm ou não capacidade. Nisto assenta a segurança com que firmo esta proposta.»

A CPS, que naturalmente se mantém informada, considera que a solução apresentada pelo Eng. Ferreira Dias é «francamente concordante com os pontos de vista da companhia»⁶⁶.

A proposta de F. Dias vai a parecer ao Conselho Superior de Indústria, do qual o autor é vice-presidente (presidente *de facto*). Aí o projecto é pouco alterado, deixando embora de haver referência à Tejo e à CPS: menciona-se apenas e sempre «a concessionária»⁶⁷. Mas num *memorandum* do ministro da Economia ainda se considera «natural» ser a CPS a empresa a beneficiar da concessão.

Estão reunidos os elementos para o Conselho Económico⁶⁸ se pronunciar, o que fará em princípio de Junho, tendo boa parte da discussão incidido justamente

⁶⁴ Id., *ibid.*, artigo 11.º

⁶⁵ Id., *ibid.*, artigos 14.º e 15.º

⁶⁶ Acta n.º 147 do CA da CPS de 5-5-1954, arquivo SN, *Livros de Actas da CPS*.

⁶⁷ Ofício do Conselho Superior de Indústria ao ministro da Economia de 1-6-1954 contendo o parecer «sobre as condições gerais da licença a conceder», IANTT, AOS/CO/EC-8A.

⁶⁸ Este Conselho fora criado pela Lei n.º 2058 (do I Plano de Fomento) com as funções, entre muitas outras, de tomar decisões relativas aos empreendimentos incluídos no Plano. O seu presidente era o presidente do Conselho e compreendia o ministro da Presidência (que presidia nas ausências do primeiro), os ministros económicos (Finanças, Economia, Obras Públicas e Comunicações) e os ministros do Ultramar e das Corporações (este sobretudo porque, em muitos casos, havia a decidir aplicações dos dinheiros da Previdência).

sobre a questão da titularidade da licença⁶⁹. Por um lado, o ministro das Obras Públicas teme que «o insucesso até agora verificado na realização dos seus objectivos [refere-se à CPS] venha afectar a confiança que deve merecer a empresa que se lançar em empreendimento tão importante». Por outro, o responsável pela Economia, Ulisses Cortês, vê na concessão à CPS, para além de já dispor de terrenos, «a vantagem de desembaraçar a iniciativa, nos seus primeiros passos, das formalidades e demoras próprias da constituição de uma empresa», argumento burocrático, longe do calor que Ferreira Dias, se lá pudesse estar, teria posto em defesa da «sua dama». Finalmente, prevalecerá uma proposta alternativa do ministro da Presidência, Lumbrales, que veio a ser assim apresentada na resolução final: «O Conselho foi de parecer que, se possível, a licença deverá ser concedida a uma sociedade nova a constituir, com obrigação de aceitar, pelo seu justo valor, o activo e passivo da Companhia Portuguesa de Siderurgia, compreendendo o alvará para folha-de-flandres.» Em lugar de ser a CPS a «integrar o Sr. Champalimaud», eram agora os despojos da CPS a integrar-se na empresa que, obviamente, aquele industrial iria formar.

Em Julho, o Ministério da Economia publica, em nota oficiosa, o clausulado definitivo da licença⁷⁰, próxima da versão do CSI, mas substituindo a referência à protecção pautal pela mera «defesa da indústria contra *dumpings* e outras formas anómalas de concorrência internacional», como recomendara o Conselho Económico em nova reunião, após alguma controvérsia⁷¹. Enfim, a concluir esta fase, um despacho de 15 de Julho nega autorização a todos os pedidos pendentes, incluindo os da Tejo e da CPS⁷².

Para António Champalimaud, a primeira batalha estava ganha.

DA CONSTITUIÇÃO DA SN AO CONTRATO DE FORNECIMENTO

A INTRUSÃO DO ALTO-FORNO E A TEMPESTADE AUTÁRCICO-NORTENHA

O governo não vai ficar inactivo durante a constituição da nova empresa. Em lugar do processo negocial previsto na licença, é o governo que vai impor que a integração da CPS na nova companhia se faça através de uma participação de 25% nos 100 000 contos de capital a subscrever, por valorização estimada do valor dos seus activos⁷³. Mais: Ulisses Cortês informa

⁶⁹ Súmulas dos assuntos tratados e resoluções tomadas, Conselho Económico, reunião de 1-6-1954, IANTT, AOS/CO/PC-49A.

⁷⁰ Nota publicada na imprensa do dia 10-7-1954 e no *Bol. da DGSI*, n.º 290, de 21-7-1954.

⁷¹ Súmulas ..., reunião de 15-6-1954, IANTT, AOS/CO/PC-49A.

⁷² *Bol. da DGSI*, n.º 292, de 4-8-1954.

⁷³ Despacho do ministro da Economia de 3-11-1954, arquivo SN. Registe-se, como curiosidade, que foi justamente a 25 000 contos que chegou, em 1957, a comissão arbitral criada para efectuar essa avaliação (relatório da comissão arbitral de 11-3-1957), maneira expedita de «arrumar» o assunto CPS.

Salazar de que já transmitiu «aos interessados as directivas assentes sobre siderurgia e, em especial, o montante do capital, sua distribuição e constituição dos corpos gerentes»⁷⁴. A documentar este último ponto, o ministro pede o acordo de Salazar para fazer uma alteração no conselho fiscal da empresa. Nada disto passou oficialmente pelo Conselho Económico. É certamente por esta via governamental que entrará na administração da siderurgia o capitão António de Spínola, representando o maior accionista, com os seus 25 000 contos de bens sem qualquer utilidade.

O acto de constituição notarial da Siderurgia Nacional (SN) teve lugar em 23 de Dezembro de 1954, no gabinete do ministro. Uma semana depois a empresa entrega o seu pedido oficial de autorização para «montagem da indústria siderúrgica»⁷⁵. Enfim, a fechar a fase burocrática, é concedido à SN, em Fevereiro de 1955, o alvará n.º 13⁷⁶. Este alvará transcreve, sem a menor alteração, o texto da licença publicado em Julho anterior, pelo qual é dado à empresa um ano de prazo para apresentação do seu projecto, fixando-se-lhe uma capacidade mínima de 150 000 t/ano, mas deixando-a livre de escolher a tecnologia e a localização, embora as tenha de justificar, mantendo-se a cláusula autárquica vinda de Ferreira Dias, entretanto ligeiramente atenuada⁷⁷. Mas «o Estado fica com o direito de fixar orientação diversa da projectada pela concessionária» e a elaboração do projecto será «acompanhada por um representante da Direcção-Geral dos Serviços Industriais».

A SN inicia desde logo a preparação do projecto a apresentar ao governo. Logo na primeira reunião do seu conselho de administração dá-se conta de já terem sido pedidos anteprojectos da instalação a firmas alemãs, inglesas, francesas e americanas⁷⁸. Presume-se que o perfil tecnológico definido para elaboração dessas propostas fosse já o baseado no alto-forno a coque, como Nobre da Costa recomendara no seu trabalho para a CPS. Este engenheiro é nomeado director técnico da empresa e parte em Março para uma viagem que o levará a Dusseldórfia, Linz, Paris e Londres. A passagem por Linz sugere, aliás, a manutenção do seu interesse pelos convertidores LD, processo desenvolvido nessa cidade austríaca. Sabe-se também que teve ocasião de assistir a um ensaio de tratamento de lupas *Krupp-Renn*, que o decepcionou⁷⁹.

⁷⁴ Carta de Ulisses Cortês a Salazar de 30-11-1954, IANTT, AOS/CO/EC-8A.

⁷⁵ *Bol. da DGSI*, n.º 314, de 5-1-1955.

⁷⁶ *Diário do Governo*, 3.ª série, de 9-3-1955.

⁷⁷ Agora fala-se do emprego de combustíveis nacionais «tecnicamente utilizáveis».

⁷⁸ Acta n.º 1 do CA da SN de 5-1-1955, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*.

⁷⁹ Acta n.º 8 do CA da SN de 23-5-1955, *ibid.*

Quanto à localização, começou-se por procurar terrenos em Matosinhos (um parecer técnico sobre a utilização do terreno da CPS fora totalmente negativo), mas, para efeitos de inclusão no projecto, procedeu-se a um estudo comparativo de localizações alternativas.

É assim que, quando o projecto é entregue ao governo em fins de Julho de 1955⁸⁰ (muito antes do prazo), ele vai apresentar algumas surpresas. Contra praticamente todos os pareceres, estudos, sugestões e opiniões produzidos na última década, e mesmo antes, incluindo os de âmbito governamental (portugueses e estrangeiros), a SN vem propor para aquilo a que chama «fase preliminar» um alto-forno no Sul, em lugar da já clássica electro-siderurgia no Norte. E fala apenas vagamente de um *Krupp-Renn* no Norte em fase seguinte. Quanto ao estudo de localização, é apresentada uma comparação entre Leixões-Boa Nova, Setúbal-Mitrena e o triângulo Montijo-Alcochete-Samouco, que sai favorável a Alcochete.

A solução tecnológica, que é apresentada sem qualquer estudo comparativo com outras, é exactamente a do estudo inicial do Eng. Nobre da Costa, com base no alto-forno a coque. A redução eléctrica, única alternativa com provas dadas, é rejeitada por se ter constatado «a impossibilidade de assegurar o fornecimento da energia eléctrica necessária»⁸¹. Mas tem-se o cuidado de propor um leito de fusão autárquico, com largo predomínio das cinzas de pirite⁸², e quantidades menores de minérios de Moncorvo, Cercal e Orada. Quanto à aciaria, adopta-se basicamente o processo LD, recente e inovador, e, para total aproveitamento de sucatas, um forno eléctrico de arco. Do programa de laminagem é excluída a folha-de-flandres, por não ser possível rentabilizar um laminador a frio com a pequena produção de que o país necessita.

As intenções da SN devem ter sido conhecidas mesmo antes da entrega do projecto. Com efeito, não será por acaso que, em Maio, a Associação Industrial Portuguesa envia ao ministro da Economia uma exposição⁸³ em que

⁸⁰ «Siderurgia Nacional, S. A. R. L. — Projecto de uma unidade siderúrgica», vols. I e II, 1955, IANTT, AOS/CO/EC-8B.

⁸¹ O pano de fundo desta argumentação estava, obviamente, nas imensas dificuldades que os produtores de adubos azotados sentiram nos primeiros anos (a partir de 1952) por falta de energia eléctrica, com paragens anuais durante vários meses (situação impensável no caso de um forno de redução, de marcha contínua) e acumulação de prejuízos, contra o que, em princípio, lhes teria sido prometido.

⁸² A utilização preponderante das cinzas de pirite do Barreiro era um, entre outros, dos argumentos para a localização no Sul. Mas nesta data era um pouco temerário este leito de fusão, dado que a CUF ainda não dispunha de um tratamento adequado para as cinzas. Só dois anos depois inicia o estudo da «ustulação clorurante» (v. acta n.º 1310 do CA da CUF de 14-7-1955, arquivo «CUF, S. G. P. S., S. A.»), que viria a arrancar em princípio de 1958.

⁸³ «A instalação da indústria siderúrgica», in *Indústria do Norte*, Porto, n.ºs 425-426, Maio/Junho de 1955.

se limita a recordar que as múltiplas tomadas de posição conhecidas sobre a localização da siderurgia desde há muito recomendam, sem excepção, o Norte do país.

Já conhecido o projecto, os porta-vozes nortenhos fazem-se ouvir. Daniel Barbosa, em entrevista ao *Primeiro de Janeiro*, afirma que a indústria siderúrgica «deve localizar-se, por muitos motivos, no Norte»⁸⁴. Quanto a Ezequiel de Campos, ele vai fazer incidir, durante vários meses, a sua correspondência assídua com Salazar sobre este tema. Numa carta de Janeiro de 1956 diz mesmo ter acabado de descobrir a localização ideal para a siderurgia em Godim, no Marão, acrescentando que os autores do projecto SN «deviam ser encerrados em Rilhafoles» (o Júlio de Matos daqueles tempos)⁸⁵. Para além disso, publica o seu longo estudo (já citado), *O problema actual da siderurgia portuguesa*, que também envia a Salazar. Escusado será dizer que todos estes trabalhos tomam por base a tecnologia electro-siderúrgica, como solução totalmente autárquica.

Mas, entretanto, a orientação sulista da SN despertara outros interesses. É agora o director do Porto de Setúbal que vem fazer uma pormenorizada defesa da localização em Setúbal, com base no alto-forno a coque, tendo em conta as insuficiências do porto de Leixões e os inconvenientes, sobretudo de ordem militar, da zona Montijo-Alcochete⁸⁶. Ao que de imediato responde o seu homólogo de Leixões, invocando as potencialidades das obras de ampliação então em curso⁸⁷.

A todas estas pressões responde a SN encomendando a Francisco Pereira de Moura um estudo independente de localização⁸⁸. O economista parte, no entanto, dos dados que serviram de base ao trabalho efectuado pela empresa, incluído no seu projecto, e, portanto, assenta implicitamente na solução de alto-forno a coque. Conclui, apesar disso, que, na base estrita dos custos relativos de produção e de investimento para cada uma das localizações em análise (Leixões, Mitrena e Alcochete), «não é possível escolher uma localização», dado que os resultados ficam muito próximos. Passa então a uma abordagem económica. «Não se discute, dando-se como matéria pacífica, que a instalação de uma siderurgia entre nós implicará o desencadear de um processo de aglomeração industrial, seja qual for a localização escolhida para

⁸⁴ *O Primeiro de Janeiro* de 31-10-1955.

⁸⁵ Carta de 14-1-1956, in Correspondência de Ezequiel de Campos com Salazar, período entre Novembro de 1955 e Maio de 1956, IANTT, AOS/CO/EC-8A.

⁸⁶ Luís da Fonseca, «Localização da siderurgia nacional», in *Bol. da Ordem dos Engenheiros*, vol. v, n.º 1, memória n.º 129, de 1-1-1956.

⁸⁷ Henrique Schreck, «O porto de Leixões e a siderurgia», in *Bol. da Ordem dos Engenheiros*, vol. v, n.º 2, de 15-1-1956.

⁸⁸ Trabalho incluído em anexo da tese de doutoramento de F. Pereira da Moura sobre o tema «Localização das indústrias e desenvolvimento económico», Lisboa, 1960.

a indústria; e sabe-se como a acumulação de novas indústrias constituirá uma contribuição decisiva no processo de desenvolvimento da economia portuguesa. Simplesmente, *talvez haja diferenças nesse crescimento pelo facto de a siderurgia se instalar num ou noutra local*» (itálicos do autor)⁸⁹. Ora, dada a importância da siderurgia para as «indústrias metalomecânicas e certas indústrias químicas», ramos em que a região de Lisboa era largamente predominante, Pereira de Moura inclina-se para esta zona, sem precisar o local. Mais, para a própria empresa isso terá vantagem «por significar um mais amplo alargamento do mercado nacional do que a localização no Norte». Resumindo, e excluindo esta última vantagem, que vem por acréscimo, o economista conclui pelo Sul, invocando apenas razões de interesse para a economia nacional. A SN não poderia desejar melhor conclusão.

Ao fim dos três meses dados no alvará ao governo para se pronunciar sobre o projecto, a SN é notificada da prorrogação do prazo. O ministro da Economia pedira numerosos pareceres a entidades oficiais e individualidades ligadas à matéria. O primeiro parecer concluído foi o do Eng. Moncada, assessor do ministro e, desde Junho, delegado do governo junto da SN. O projecto é considerado tecnicamente bem elaborado, embora conduzindo a preços exigindo uma protecção entre 20% e 40% sobre «os que têm vindo a ser praticados na importação». Mas, em definitivo, o autor continua a preferir uma primeira fase autárquica, de muito menor dimensão: 40-50 000 t de perfis e 20 000 t de gusa de fundição, partindo de sucata e de gusa eléctrica à base dos minérios nacionais⁹⁰.

Dos restantes pareceres (Direcções-Gerais dos Serviços Industriais, dos Serviços Eléctricos e de Minas e Serviços Geológicos, Conselho Superior de Indústria, Conselho Superior de Electricidade, Prof. Adriano Rodrigues, Eng. Ezequiel de Campos e Prof. Ferreira Dias), só o primeiro é favorável à solução proposta, inclinando-se todos os restantes para a electro-siderurgia no Norte. Em dois documentos do Ministério da Economia⁹¹, preparatórios da

⁸⁹ Este argumento, que se inspira na teoria dos «pólos de desenvolvimento», muito em voga na altura, já fora, aliás, invocado por Nobre da Costa numa conferência das Jornadas da Metalurgia: «Pre vemos assim uma tendência para a formação de uma verdadeira cidade industrial em volta da localização agora escolhida para a siderurgia» (*Bol. Ordem dos Engenheiros*, vol. IV, n.º 16, memória n.º 101, de 15-8-1955). Este último tinha menos desculpa do que o economista, pois devia saber que o programa de produção da SN não poderia conduzir a esse resultado. E ambos desconheciam que a futura política da SN seria a de não querer fazer do Seixal «um segundo Barreiro», ou seja, justamente, uma aglomeração industrial, portanto «operária» (v. acta do CA da SN n.º 72, de 30-6-1960, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*).

⁹⁰ P. Cabral de Moncada, «Parecer relativo ao projecto de instalação siderúrgica apresentado em fins de Julho pela Siderurgia Nacional», 11-9-1955, IANTT, AOS/CO/EC-8A.

⁹¹ Documentos sem data enviados a Salazar. O primeiro foi recebido no seu gabinete em 17-12-1955, o segundo contém desenhos recentes com data de 6-2-1956, ambos em IANTT, AOS/CO/EC-8A.

reunião do Conselho Económico que decidirá sobre o assunto, as conclusões vão no sentido proposto por Cabral de Moncada.

Para nos apercebermos do clima que se vivia então (nas altas esferas) em torno da questão siderúrgica importa citar uma passagem do segundo daqueles documentos sobre a discussão havida no Conselho Superior de Indústria: «Apesar de constituído [o Conselho] por um escol de professores, economistas e industriais dos mais qualificados e ilustres, repercutiram-se nele durante cinco sessões os antagonismos e divergências que dividiram a opinião pública em sectores opostos e irreductíveis. No seio deste Conselho, como lá fora, a óptica nacional do problema foi, por vezes, sacrificada a regionalismos deformantes, que tinham por centro de convergência, não a pureza dos princípios técnicos e económicos, mas [...] a arquitectura elançada da Torre dos Clérigos, a extensão rumorejante dos laranjais de Setúbal e o verde bucolismo das planuras de Alcochete», texto este que só pode atribuir-se ao estilo inconfundível de Ferreira Dias (que presidiu a todas essas reuniões). No próprio parecer do Conselho, aliás inconclusivo por se considerar o projecto insuficientemente esclarecedor, alguns membros exprimiram assim, em declaração de voto colectiva, a oposição autárcica ao projecto SN: «Pela leitura da opinião do Governo expressa no Plano de Fomento e no Parecer da Câmara Corporativa, parece que o único processo que lhe [à empresa] estaria vedado escolher era, exactamente, aquele que escolheu e o único combustível pelo qual não poderia ter optado, sem obter licença prévia do Conselho Económico, era o coque importado⁹².»

Reunidas as condições para a reunião decisiva do Conselho Económico, esta ocorreu em 21 de Março, tendo contado, no ponto relativo à siderurgia, com a presença do presidente do Conselho⁹³. Após longa exposição do ministro da Economia, a discussão foi bastante consensual, apenas não tendo sido aprovada a recomendação por ele apresentada de que a aciaria e a laminagem deveriam ser localizadas no Sul. A resolução final, como seria de esperar, insiste na prioridade à autarcia: «A primeira fase da Siderurgia assentará em processos de fabricação que garantam o fabrico de 150 000 t de laminados através do maior aproveitamento dos recursos produtivos nacionais, como a electro-siderurgia em colaboração com outros processos [leia-se: *Krupp-Renn*] que permitam a máxima utilização dos minérios de Moncorvo»⁹⁴. As insta-

⁹² Parecer do Conselho Superior de Indústria sobre o projecto de instalação siderúrgica apresentado pela Siderurgia Nacional, assinado por Ferreira Dias, 27-1-1956, arquivo SN.

⁹³ Súmulas ..., reunião de 21-3-1956, IANTT, AOS/CO/PC-49A.

⁹⁴ Resolução do C. E. comunicada à SN por Moncada em ofício de 26-3-1956. Em 7 de Maio, Ulisses Cortês, em conferência de imprensa, expõe as razões e implicações desta resolução (v. *Indústria Portuguesa*, n.º 539, de Maio de 1956). A SN aceita, desiludida, este «arranjo possível entre os interesses económico-industriais e político-sociais, em ordem a conseguir, segundo parece, a única forma de produzir aço em Portugal» (acta n.º 20 do CA da SN de 30-5-1956, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*).

lações desta 1.^a fase deverão ser «colocadas no Norte [...] tendo em conta a proximidade das fontes produtoras de energia, dos jazigos de minérios e dos recursos carboníferos». Até fins de 1958, «mediante um investimento de 650 000 contos, deverão estar concluídas as primeiras instalações, de modo a começar-se a produzir o mínimo de 80 000 t [de laminados]». Enfim, devem começar os estudos para a fase seguinte, em que um alto forno a coque elevará a produção anual a 300 000 t.

Face a esta orientação, a SN vê-se forçada a reformular o seu projecto, que irá apresentar, revisto, rapidamente⁹⁵. Prevê-se, no início, uma electro-siderurgia de 30 000 t em Leixões e uma unidade de aciaria e laminagem para 80 000 t de perfis «a partir de gusa produzida no forno eléctrico ou adquirida a Vila Cova⁹⁶, e de recuperação de sucatas, localizada em Alcochete». Para uma 2.^a fase propõe-se, primeiro, um alto-forno para 200 000 t/ano de gusa em Alcochete e, mais tarde, uma instalação *Krupp-Renn* para 120 000 t/ano de lupas no Norte, para além, obviamente, de ampliações sucessivas da aciaria e da laminagem. O investimento na 1.^a fase seria de 690 000 contos, o investimento total de 2,65 milhões de contos. Isto é, a empresa cede ao iniciar o processo com um pequeno forno de redução no Norte, mas localizando desde logo a aciaria e a laminagem no Sul, para no início da 2.^a fase completar em Alcochete o que estava previsto no seu primeiro projecto. Quanto ao *Krupp-Renn*, que considera ainda não oferecer garantias técnicas e económicas, deixa-o para o fim, certamente esperando que nunca venha a ser instalado.

O Eng. Cabral de Moncada é de novo chamado a pronunciar-se⁹⁷ e não lhe escapa a subtileza da SN. Recorda que o Conselho Económico determina que as primeiras 150 000 t deveriam ser autárquicas e no Norte, pelo que no início da 2.^a fase se deveria «projectar uma instalação *Renn* [no Norte] em vez de um alto-forno, não autárquico e consumindo só uma pequena quantidade de minério de Moncorvo». Moncada precisa que, face a novos elementos de que dispõe, «já não existe hoje qualquer risco grave que nos impeça de enveredar pela redução no forno *Renn*, seguida de afinação das lupas com sucata no forno [eléctrico] de arco». Vai mesmo mais longe, admitindo que o Estado assumisse junto da empresa os riscos do processo, já que «tais riscos poderiam ser compensados pelas garantias que a casa Krupp, detentora

⁹⁵ «Siderurgia Nacional, S. A. R. L. — Projecto de uma unidade siderúrgica. Revisão segundo directivas do Conselho Económico», entregue ao governo em Maio de 1956, IANTT, AOS/CO/EC-8B.

⁹⁶ Em Junho de 1954 fora dada licença à Sociedade das Minas de Vila Cova para instalar, em «anexo» à produção mineira, uma unidade de produção de gusa de fundição.

⁹⁷ P. Cabral de Moncada, «Parecer relativo ao projecto de uma instalação siderúrgica apresentado em Maio de 1956 pela Siderurgia Nacional, S. A. R. L.», Maio de 1956, IANTT, AOS/CO/EC-8B.

da patente, está disposta a dar», o que quase sugere tratar-se de um recado da empresa alemã.

Pelo seu lado, a DGSI aceita sem alterações o projecto SN, considerando que, na globalidade (isto é, no conjunto dos três escalões), a orientação do Conselho Económico é respeitada, havendo apenas uma divergência na ordem por que são feitas as instalações, não tendo isso, a prazo, importância relevante.

Mas Ulisses Cortês faz suas as propostas de Moncada. Em Setembro emite um despacho⁹⁸ em que aprova o projecto da SN, desde que «se antecipe, em coordenação com o restante programa, a ampliação, na 2.ª fase, das instalações de redução autárquica, a localizar no Norte, de forma a obter-se, no mais curto prazo, a produção final de 150 000 t», ou seja, por outras palavras, fazer o *Renn* antes do alto-forno. Mais determina tal despacho que em fase ulterior se instale uma coqueificação «destinada a utilizar carvões nacionais ou importados»⁹⁹, e que se considerem compreendidas «na autorização concedida as instalações necessárias ao aproveitamento de subprodutos», nomeando entre eles o amoníaco, subproduto da coqueificação (a SN virá a invocar mais tarde esta autorização). Está aqui, de algum modo, a começar a longa história da coqueria¹⁰⁰, que só virá a arrancar em 1972, aliás sem aproveitamento do gás para produção de amoníaco, processo entretanto já ultrapassado.

A autarcia parecia, assim, ter triunfado.

A VIRAGEM DEFINITIVA E A CONCRETIZAÇÃO DO PROJECTO

Na sua reunião de Outubro de 1956, o conselho de administração da SN regista a sua reacção à solução imposta pelo governo: «O referido esquema [industrial], a que, por razões de interesse nacional, fomos conduzidos, representa para a empresa uma solução de sacrifício [...] mas evidencia bem a nossa boa vontade em ir ao encontro da linha de orientação do Conselho Económico de 23 de Março último, que preconizava o início da instalação por uma siderurgia autárquica, em manifesta inversão da ordem de precedência apresentada pela empresa¹⁰¹.» Enunciam-se as várias dificuldades e custos acrescidos resultantes da «cisão das instalações» e decide-se enviar um

⁹⁸ *Bol. da DGSI*, n.º 404, de 26-9-1956.

⁹⁹ Exagero autárquico: era perfeitamente conhecido não existirem em Portugal carvões coqueificáveis. É certo que no seu primeiro projecto a SN mencionava a hipótese de «carvões ultramarinos», mas tratava-se, obviamente, apenas de cativar os leitores mais autárquicos. O carvão moçambicano de Moatize não passou de uma miragem, nunca concretizada.

¹⁰⁰ Unidade de coqueificação, onde se produz o coque a partir de carvões gordos, geralmente hulhas.

¹⁰¹ Acta n.º 24 do CA da SN de 29-10-1956, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*.

engenheiro à Noruega, país experiente em electrossiderurgia. A empresa parecia conformada.

A reunião de Dezembro¹⁰² é quase toda ocupada com um aceso conflito verbal entre Champalimaud e Spínola (já então major), por um lado, e Cabral de Moncada, por outro, a propósito do «obstrucionismo» que os primeiros atribuem ao governo, vindo o delegado do governo em defesa deste: «Se a SN tivesse o capital necessário para montar a indústria e se não necessitasse de uma gravosa protecção dos seus preços de venda, a morosidade e o aparente obstrucionismo de que fala, nunca teriam aparecido.» Mas o que importa, nesta reunião, é o facto de, na exposição de Spínola, este se ter referido à «particular relevância do problema da conjuntura política internacional».

A que problema se referia Spínola? Ao processo de integração europeia, que se encontrava em plena aceleração. Aliás, no que respeita à siderurgia, já desde princípios de 1953 que existia a CECA — Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que reunia os seis maiores produtores europeus da OECE, com excepção da Inglaterra. Países esses que se preparavam agora para assinar o Tratado de Roma (Março de 1957), que instituíu o Mercado Comum. Entretanto fora criado, no seio da OECE, o «Comité dos 17», que visava a constituição futura de uma zona de comércio livre entre os «seis» do Mercado Comum e os restantes países europeus da organização. Em fins de 1956, o ministro português da Economia pede um relatório à Comissão de Coordenação Económica sobre os efeitos que a criação de tal zona traria para Portugal¹⁰³ e, em simultâneo, o governo pede outro relatório sobre o mesmo tema à Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa¹⁰⁴. Ambos serão globalmente favoráveis à participação na referida zona, analisando, em contrapartida, os problemas daí decorrentes em matéria de liberalização do comércio.

Na verdade, foi naquele mês de Dezembro que, aparentemente, a SN se apercebeu do aproveitamento que podia fazer destes acontecimentos para levar o governo a rever as decisões constantes do seu último despacho. Em discurso de Abril de 1957, António Champalimaud informa os accionistas de que «em Dezembro passado a empresa apresentou ao Governo a sua nova contribuição para o estudo do financiamento da indústria, com base na actualização imposta pelos acontecimentos de carácter internacional registados nos últimos meses de 1956», e mais, que «em face do projecto de estabelecimento de uma Zona de Livre Troca na Europa, atenta a posição-chave que a indústria

¹⁰² Acta n.º 26 do CA da SN de 28-12-1956, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*.

¹⁰³ Comissão de Coordenação Económica, «Efeitos de ordem económica que resultariam para o país da adesão à zona de trocas livres», Lisboa, 23-1-1957, IANTT, AOS/CO/EC-17.

¹⁰⁴ Comissão Técnica de Coordenação Económica Externa, «Relatório da comissão encarregada do estudo dos problemas relativos à criação e funcionamento da zona de comércio livre», Lisboa, 28-1-1957, IANTT, AOS/CO/EC-17.

siderúrgica tem no plano do desenvolvimento económico português, e ainda a imperiosidade da reforma da estrutura económica nacional que irá gerar esse desenvolvimento, a Administração decidiu rever com a empresa, imediatamente, as soluções anteriormente adoptadas com o fim de as adaptar às novas condições»¹⁰⁵. Por outras palavras, a SN terá conseguido demonstrar ao governo que, face ao inevitável desarmamento pautal que nos aguardava, se impunha criar desde já a «grande siderurgia» integrada que pudesse ao fim de dez anos ser competitiva em mercado aberto — isto é, retomar o único projecto seguro e viável, segundo a SN, o do alto-forno no Sul do primeiro projecto.

Não sabemos exactamente como as coisas se passaram. Mas pode imaginar-se o embaraço do ministro para voltar atrás e ter de enfrentar os interesses que o haviam conduzido à solução a que se chegara em Setembro. O certo é que nada, a respeito desta viragem, foi discutido em Conselho Económico (ou, pelo menos, foi registado na actas). Temos, porém, a versão (não datada, é certo) do próprio Champalimaud. Segundo ele, a apresentação em Conselho de Ministros das novas ideias sobre o projecto terá desencadeado violentas reacções, levando mesmo o ministro a pensar em demitir-se. Isso terá incitado AC a pedir-lhe que promovesse uma conversa sua com o presidente do Conselho. Resultado: «Salazar aceitou as justificações de AC para erguer a siderurgia no Seixal. Antes disso, porém, submeteu-o em São Bento a um exame final de mais de duas horas, mostrando-se sabedor ao mais ínfimo pormenor do *dossier* siderúrgico»¹⁰⁶.

Em Fevereiro de 1957 já tudo está decidido. Ulisses Cortês dá uma conferência de imprensa a pretexto de expor «a situação económica nacional». O facto é que, no fim de um texto de muitas páginas sobre a dita situação, faz uma brevíssima referência ao projecto siderúrgico, dizendo que «a instalação foi novamente examinada à luz do actual clima económico internacional, tendo sido decidido acelerar a realização, de forma a atingir-se em 1960 uma produção de 200 000 t de laminados» e anunciando que o capital da empresa se vai «imediatamente elevar para 500 000 contos»¹⁰⁷. Nada é dito sobre o «esquema industrial», mas, em resposta a jornalistas, o ministro esclarece: «A preocupação hoje é de obter, além da maior segurança técnica, os custos de produção mais favoráveis. O alto-forno constitui o processo clássico e o mais económico, devendo por isso ser mantido no

¹⁰⁵ Discurso de António Champalimaud na AG de 15-4-1957, arquivo SN, actas das AG da SN.

¹⁰⁶ J. Freire Antunes, *op. cit. Se a nossa hipótese (de data) está correcta*, há apenas um ligeiro erro: Salazar terá aceite a localização no Sul, não no Seixal: só uns meses mais tarde a empresa, face aos problemas militares, abandona Alcochete e avança com a hipótese do Seixal.

¹⁰⁷ *Indústria Portuguesa*, n.º 349, de Março de 1957.

projecto a executar¹⁰⁸.» Para bom entendedor, isto significa que se volta a inverter a ordem de realização das instalações e se vai de imediato pôr em prática o primeiro projecto da SN.

Assim se chega ao despacho ministerial de 29 de Abril, que tanta tinta virá a fazer correr nos anos futuros. Nesse despacho, em primeiro lugar, faz-se o reconhecimento explícito de que o reexame do problema decorre, «designadamente das perspectivas resultantes da eventual formação da zona europeia de livre câmbio, presentemente em estudo na OECE, com a participação de Portugal [...] [o que] impunha acelerar a realização, de modo a criarem-se-lhe de início as melhores condições técnicas e económicas e a permitir a sua sobrevivência no clima económico do futuro»¹⁰⁹. De seguida vem o programa de aumentos de capital e o plano de financiamento¹¹⁰: 750 000 contos de capital, repartidos entre o «grupo fundador» e «outros accionistas», sem mencionar participação do Estado¹¹¹, e 1 milhão de contos de apoios financeiros do sector público (Fundo de Fomento Nacional, Caixa Geral de Depósitos e Tesouro) e da Previdência, sob a forma de empréstimos ou tomada de obrigações. Em terceiro lugar vêm as questões relacionadas com os preços. Por um lado, e tendo em vista «garantir [à empresa] uma rentabilidade mínima», haverá «protecção nacional contra a concorrência de produtos estrangeiros similares» (já não apenas contra *dumpings*, como estabelecia a licença); por outro, terão de se assegurar amortizações adequadas, que se propõe serem de dez anos para o equipamento, a fim de ter a empresa competitiva quando se tornar efectivo o mercado europeu. Finalmente, informa-se (no despacho) que o Conselho Económico decidiu não conceder o aval do Estado, na medida em que «a rentabilidade assegurada do empreendimento» certamente permitirá a obtenção de crédito externo. A partir deste momento, a empresa invocará inúmeras vezes este despacho, tomando-o como uma carta de compromissos do Estado para com ela, juntamente com o alvará n.º 13.

É altura de pôr em relevo o facto, aparentemente paradoxal, de ter sido o processo incipiente de integração europeia, em princípio tendente à liberalização das trocas e ao mercado livre, que esteve na origem de uma empresa industrial fortemente apoiada pelo Estado e que, com a sua protecção (que veio a chegar à proibição de importações), monopolizou durante décadas o mercado dos laminados correntes em Portugal¹¹².

¹⁰⁸ *Diário de Notícias* de 15-2-1957.

¹⁰⁹ Ofício da DGSI à SN de 30-4-1957, em que se comunica o despacho, arquivo SN.

¹¹⁰ De toda a matéria do despacho, só os aspectos financeiros foram a Conselho Económico, onde foram apresentados pelo ministro das Finanças; v. súmula da reunião de 15-4-1957, em que participou Salazar, IANTT, AOS/CO/PC-49A.

¹¹¹ Salazar dará como orientação geral que não se apliquem dinheiros da Previdência em acções de empresas novas, dado o risco.

¹¹² Note-se também que o mesmo grupo industrial passou a dominar, em simultâneo, o comércio do varão e do cimento, elementos básicos da construção em betão.

Estavam, enfim, reunidas as condições para a realização do projecto. A empresa já tinha em mãos duas propostas preliminares de fornecimento do equipamento, uma da MEECO, britânica, outra do consórcio germano-belga liderado pela DEMAG. Mas as negociações não podiam avançar sem estar definida a localização, e nesse ponto a SN estava dependente dos pareceres militares, há longos meses pendentes, relativos a Alcochete. Por isso decide, por prudência, iniciar rapidamente o estudo de um terreno alternativo no Seixal¹¹³ e acaba por ser essa a solução definitiva, face à rejeição de Alcochete pelos ministérios militares¹¹⁴.

Finalmente, é assinada em Agosto com o consórcio germano-belga, que «continua a dar maiores garantias de uma boa instalação da fábrica e subsequentes direcção e assistência técnica»¹¹⁵, uma «carta de intenção», com base na mais recente proposta apresentada. Só que, contrariamente às expectativas do Conselho Económico, a empresa não oferecia suficientes garantias de solidez financeira para obter um crédito fornecedor (ainda nem fora realizado o aumento de capital para 300 000 contos), pelo que a assinatura do contrato ficava pendente da concessão de um aval do Estado que cobrisse o valor dos equipamentos principais.

Vejamos então, depois de tantas peripécias, quais eram, em definitivo, esses equipamentos: um alto-forno de 650 t/dia de gusa (cerca de 210 000 t/ano) com uma unidade adjacente de sinterização de finos de minério e cinzas de pirite; uma aciaria com dois convertidores LD de 30 t (apenas um em operação permanente) e um forno eléctrico de arco de 35 t; uma laminagem compreendendo um trem de blocos/biletes para 250 000 t/ano, um trem de perfis médios para 50 000 t/ano e um trem contínuo para fio-máquina, varão para betão e banda para tubos de 150 000 t/ano. Quatro anos depois, nada mais do que a proposta de Nobre da Costa de 1953, com alguma alteração na laminagem, e ajustada à nova capacidade global. Importa observar que de um tal programa de produção não se poderia esperar que gerasse grande número de indústrias derivadas, em particular na área da metalomecânica. Com efeito, o produto principal era o varão para betão, a substituir aquele que já era importado para o sector da construção. O mesmo

¹¹³ Acta n.º 31 do CA da SN de 27-6-1957, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*.

¹¹⁴ A base aérea do Montijo não seria compatível com a altura prevista para a chaminé da sinterização, as secas de bacalhau e as salinas dificilmente poderiam coexistir com a siderurgia. A nova localização é autorizada por despacho ministerial de 7-10-1957 (ofício da DGSJ à SN de 18-10-1957, arquivo SN). Tal despacho ignorou, entre outras, a reacção da comissão distrital de Setúbal da União Nacional, que, num memorial a Salazar de 31-7, diz que, «se o Barreiro já vive hoje sob *manu militari*, localizar a siderurgia em Paio Pires agravaria o condicionalismo para a expansão das actividades subversivas naquela zona», ao que segue a demonstração de que Setúbal seria o sítio ideal (*in* IANTT, AOS/CO/EC-8C).

¹¹⁵ Acta n.º 33 do CA da SN de 14-8-1957, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*.

se pode dizer do fio-máquina para a Companhia Portuguesa de Trefilaria (fabrico de arames) e das bandas para o fabrico de tubos na Oliva, ambas já em laboração. Com efeito, uma siderurgia dinamizadora de novas indústrias é a que produz chapas (para automóvel, construção naval, indústria química) e perfis pesados, dispondo eventualmente também de uma unidade de aço vazado para grandes peças, ou de uma forjagem mecânica, e que trabalha em boa parte com aços de qualidade (finos e especiais). Sucede que em Portugal não havia mercado que justificasse tais produções.

Retomemos a questão do contrato. Ele devia ser assinado até 15 de Outubro para que as condições da proposta de fornecimento se mantivessem. Mas surgiu um inesperado contratempo. Um fabricante português de munições militares (a Fundação de Oeiras) detectou uma oportunidade de exportação para a Alemanha e pressionou o governo para que obtivesse junto das autoridades alemãs o emparceiramento dos dois negócios, enquanto forma de contrapartidas comerciais: Portugal compraria o equipamento siderúrgico, enquanto a Alemanha adquiriria as munições portuguesas, contribuindo assim para melhorar o desequilíbrio comercial entre os dois países, desfavorável ao nosso. Isto deu como resultado um atraso de três meses no projecto siderúrgico (e algum agravamento financeiro), enquanto se multiplicavam freneticamente as negociações, pressões, exposições, cartas a Salazar, reuniões de ministros e embaixadores, etc.

O problema só veio a resolver-se em Janeiro de 1958. O aval do Estado, de 800 000 contos, é concedido em 14 desse mês¹¹⁶, o contrato com o consórcio assinado no dia seguinte. Só agora, efectivamente, vai começar a realização do empreendimento.

* * *

Foi assim que entrou a siderurgia em Portugal. Tecnologia, capacidade e localização — os três factores, estreitamente interligados, como vimos, que definem o perfil material e determinam em boa parte a economia de um empreendimento —, bem como o programa de produção, estavam fixados.

Depois, foram os anos atribulados de 1958 a 1961, em que, enquanto decorrem sem sobressaltos a construção e a montagem, a SN se vai envolver em três novas batalhas com o governo (em particular com Ferreira Dias, que chega a ministro em Agosto de 1958): a do financiamento — para além dos apoios previstos, via F. F. Nacional e Previdência, o Estado irá ter de se substituir à empresa em numerosos pagamentos ao consórcio —, a da coqueria e do amoníaco, que a empresa perdeu, e a mais dura, a dos preços, que a SN

¹¹⁶ Decreto n.º 41 504, *Diário do Governo*, 1.ª série, de 14-1-1958.

só viria a ganhar em 1965. Quanto à instalação autárquica do Norte¹¹⁷, que continuava a fazer parte do programa, a questão veio a cair no esquecimento. Tudo isto faria uma nova longa história, que aqui deixamos por contar.

A fábrica arrancou em 1961. Em 31 de Março produziu-se o primeiro aço em forno eléctrico. Em 28 de Abril os jornais diários noticiam o início do «aquecimento do alto-forno»¹¹⁸. Na verdade, transcrevem uma nota de imprensa da SN, que se destinava a cumprir (no papel) uma determinação do CA da empresa, que estabelecia para data do arranque o dia do aniversário de Salazar¹¹⁹. Na fábrica fez-se apenas uma fogueira simbólica dentro do forno, e nada mais¹²⁰. O arranque efectivo do alto-forno só veio a verificar-se em 1 de Julho e logo depois, no mesmo mês, arranca a aciaria LD. A laminagem antecipara-se, pois já dispunha dos lingotes produzidos pelo forno eléctrico: o arranque do trem de blocos é de 2 de Junho e os primeiros produtos laminados saem a 26. Mas a laboração da laminagem foi de curta duração, por dificuldades técnicas, mas, sobretudo, porque o produto final não se podia vender: ainda não estavam fixados os preços e, sobretudo, o mercado estava inundado de aço importado pelos armazenistas.

Resta que esta grande/pequena siderurgia terá sido, à época, o maior empreendimento industrial alguma vez criado *de raiz* em Portugal. E mesmo nas décadas seguintes só porventura se lhe poderão vir a comparar, em dimensão, as duas grandes refinarias de Sines e Leixões e, já nos anos 90, noutra escala, o complexo industrial da AutoEuropa.

¹¹⁷ Só em 1973 a SN irá avançar com um investimento no Norte (Maia), mas o projecto não tem nada a ver com o que constava do programa inicial. Será uma aciaria eléctrica e uma laminagem, sem unidade de redução, que virá a arrancar em 1976.

¹¹⁸ *Diário de Notícias* e *Jornal do Comércio* de 28-4-1961. *O Século* só dá a notícia a 29.

¹¹⁹ Acta n.º 81 do CA da SN de 13-1-1961, arquivo SN, *Livros de Actas da SN*.

¹²⁰ Informação fornecida pelo Eng. Ribeiro de Noronha, na altura um dos técnicos responsáveis do alto-forno.